



Cultura e Arquivologia: possibilidades analíticas a partir da perspectiva da antropologia compreensiva

Vancarder Brito Sousa

(UEPB) – vancarder@hotmail.com

Eliete Correia dos Santos

(UEPB) – professoraeliete@hotmail.com

Resumo:

Este artigo tem como objetivo discutir as possibilidades teórico-metodológicas da abordagem antropológica da Arquivologia em seu escopo cultural. Neste processo a Arquivologia é tomada como uma ciência interdisciplinar na qual sua base epistemológica está necessariamente vinculada à processos sociais e institucionais de produção de sentidos culturais e identitários. Esta proposta se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre o reconhecimento da Arquivologia como produto das articulações entre tempo e espaço social, como também, que sua produção expressa significados delineados por processos sociais, políticos e econômicos derivados da ação social, tanto na esfera da produção do conhecimento quanto das práticas arquivísticas. Essa pesquisa foi operacionalizada sob forma de um levantamento bibliográfico e teórico no âmbito da abordagem interdisciplinar da constituição da Arquivologia como ciência, bem como, da instituição da antropologia cultural e sua utilização para a compreensão das culturas humanas. Sua abordagem foi qualitativa e a discussão dos resultados foi interpretativa. Como conclusão, aponta que a discussão contemporânea sobre a Arquivologia sinaliza para a ampliação do diálogo sobre si mesma, do seu objeto e práticas indo ao encontro da necessidade de construção de uma “gramática de sentidos” para organizar as respostas que a Arquivologia produz sobre si.

Palavras-chave: Arquivologia e Antropologia. Interdisciplinaridade. Antropologia Compreensiva. Cultura.

Abstract

This article aims to discuss the theoretical-methodological possibilities of the anthropological approach of Archivology in its cultural scope. In this process, Arquivologia is taken as an interdisciplinary science in which its epistemological basis is necessarily linked to the social and institutional processes of production of cultural and identity senses. This proposal is justified by the need to broaden the debate about the recognition of archival science as a product of the articulations between time and social space, as well as that its production expresses meanings delineated by social, political and economic processes derived from social action, both in the sphere of production of knowledge as well as archival practices. This research was operationalized in the form of a bibliographical and theoretical survey within the scope of the interdisciplinary approach of the constitution of Archivology as a science, as well as of the institution of cultural anthropology and its use for the understanding of human cultures. His approach was qualitative and the discussion of the results was interpretive. As a conclusion, she points out that the contemporary discussion about Archivology points to the expansion of the dialogue about itself, its object and practices, meeting the need to construct a "grammar of meanings" to organize the answers that Archivology produces about itself .

Keywords: Archivology and Anthropology. Interdisciplinarity. Comprehensive Anthropology. Culture.

1. Introdução: cultura um conceito antropológico para ler a Arquivologia

Toda ciência se estabelece a partir de uma prática de demarcação epistemológica que visa esclarecer seu objeto e pressupostos teórico-metodológicos. Na Arquivologia em seu processo de desenvolvimento, muitas nuances sobre a interpretação de seu estatuto científico já foram propostas sob forma de periodizações, de maneira mais geral: Arquivologia Clássica, Arquivologia Moderna, Arquivologia Contemporânea (Schmidt, 2017a).

Nesse percurso percebe-se sua definição variando entre escolas, países e épocas históricas, da definição de conjunto de técnicas operativas voltadas para a guarda e gestão dos arquivos, sob a condição de disciplina (ou disciplina técnica) que estuda esses processos, como também, uma ciência voltada para o estudo da informação arquivística e de seus processos de produção e guarda, lidos em sintonia com o meio social nos quais estão inseridos. Nesse interim, podem ser observados também a formação de paradigmas que norteiam a compreensão do fazer arquivístico,

hoje marcados pelo debate entre uma arquivística custodial e outra pós-custodial, ou pós-moderna (Jardim, 2017; Marques, 2017b; Schimidt 2017a, 2017b).

A partir deste último recorte e do entendimento de que os processos de criação e delimitação científicos são definidos a partir de práticas sociais que estabelecem seus sentidos em um ambiente intersubjetivo e complexo, pode-se sugerir algumas questões de âmbito teórico e exploratório voltadas para investigação das possibilidades e do incremento do diálogo da Arquivologia com outras ciências sociais e em especial com a Antropologia Cultural, a partir do qual se possa vislumbrar possibilidades teóricas e metodológicas para investigar elementos inerentes tanto ao caráter social de fundação da Arquivologia, como formas de incrementar sua ação metodológica sob a visada de conceitos familiares à Antropologia como Cultura e Identidade.

Estes conceitos, como veremos mais adiante, podem ser direcionados à contribuição tanto na discussão do que é a Arquivologia em relação aos campos que a enunciam sob um determinado formato, quanto, para o fazer metodológico interdisciplinar, voltada para os usos, usuários de arquivo, operadores de arquivos, instituições e suas diversas e complexas vinculações temporais e espaciais, como, até mesmo, em relação ao debate sobre as fronteiras e interpenetrações entre Ciência da Informação e Arquivologia (Marques, 2017a, 2017b).

Como afirma Jardim (2017, p. 222) a investigação do “fenômeno arquivístico” como objeto é relativamente recente e começa a tomar corpo a partir dos anos 1990. Para o autor, esse ambiente mais amplo de questionamentos sobre a arquivística ainda se mostra periférico e incipiente, em parte devido ao investimento epistemológico de longo curso direcionado para o estudo das práticas arquivísticas e do objeto arquivo em sentido mais restrito. Assim, o estudo do “fenômeno arquivístico” abre a perspectiva para entender o que as instituições arquivísticas fazem, “classificar e ressignificar o trabalho realizado por essas instituições” (Jardim, 2017, 228-229).

A Antropologia é uma ciência que busca o entendimento largo do sentido das relações sociais e sua produção: desde a material, às instituições e ao mundo simbólico associado à representação dos mesmos, esse esforço está definido em sua etimologia: estudo do homem. Este artigo defende a necessidade de ampliar o debate sobre o reconhecimento da Arquivologia como produto das articulações entre tempo e espaço social, como também, que sua produção expressa significados delineados por processos sociais, políticos e econômicos derivados da ação social, tanto na esfera da produção do conhecimento quanto das práticas arquivísticas. O caminho que será trilhado para tanto tem em seu núcleo a leitura da cultura, da cultura arquivística, ou mesmo, de produção arquivística sob forma interpretativa ou hermenêutico, no qual a principal preocupação será o sentido da ação, objetivos e signos utilizados para que

seja possível a compreensão. Portanto, falamos de um recorte de cultura lido a partir de um instrumental semiótico.

Os elementos que fundamentam esse artigo emergiram das discussões oriundas do Grupo de Pesquisa em Arquivologia e Sociedade – GPAS, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, bem como, da disciplina de Antropologia e Informação do referido curso.

2. Antropologia compreensiva e a leitura semiótica da cultura

A antropologia é uma ciência social que emergiu da necessidade de estudo sistemático e abordagem científica primeiramente, das culturas não europeias, sobretudo marcadas pelo processo de expansão do domínio colonial, em um segundo momento, com a crescente ocidentalização e em muitos casos, com o desaparecimento dos “povos distantes”, voltou-se para a estudo da cultura e relações sociais de segmentos populacionais pauperizados, marginalizados, das sociedades europeias, e, ou, norte-americanas. Dessa forma nascem os trabalhos sobre classe trabalhadora, camponeses, bairros pauperizados, segmentos tomados como desviantes como criminosos, alcoólatras, imigrantes, mesmo, em um momento posterior, do próprio cotidiano em um processo de “estranhamento” do próximo que era tomado como super conhecido (Laplantine, 1998; Laraia, 2006).

O início desse processo em meados do século XIX e que se estende com mais ou menos intensidade até as primeiras décadas do século XX, foi marcado por abordagens Evolucionistas, Historicistas, Funcionalistas ou Estruturalistas circunscritas muitas vezes por gradientes de determinismo empirista e positivista que acreditavam serem os meios mais seguros para escapar do subjetivismo e denotar um verdadeiro estatuto científico às suas descobertas. (Laplantine, 1998; Laraia, 2006).

Nesse processo de fundação e caracterização do seu campo, uma das principais noções desenvolvidas pela Antropologia foi a de Cultura. Tomando emprestado a noção clássica de Edward Tyler (1832-1917):

Tomado em seu sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (Tyler, 1871, como citado em Laraia, 2006, p. 25).

Mesmo circunscrito às limitações históricas de sua criação o conceito de Tylor é constituído por um forte teor explicativo para justificar a necessidade de desnaturalizar

as ações humanas e seus efeitos, e, portanto, estudá-las sob um recorte especial que não fosse o das ciências naturais. O humano e sua cultura definiria como um fenômeno independente apesar das óbvias ligações de sobrevivência e, portanto, dependência com o meio ambiente ao seu redor.

Em seu esforço em busca de autoafirmação a Antropologia Cultural voltou-se primeiramente para uma dimensão positivista, tendo como grandes referências as ciências naturais, em especial, as Ciências Biológicas, na qual o sucesso da teoria da Evolução de Darwin, parecia apontar em direção a caminhos profícuos para o entendimento também da cultura humana. Nesse cenário, as metodologias e teorias voltadas para a explicação da ação humana e de suas instituições são lidas como organizadas de forma Funcionalista ou Estruturalista (Sousa & Santos, 2017), portanto, legíveis através de métodos objetivos e matematizadas que guardassem uma distância segura entre observador e objeto, nos quais os riscos de interpretações subjetivistas seriam controlados.

A Antropologia, tomada neste artigo em seu recorte compreensivo, a partir da obra do antropólogo britânico Clifford Geertz (1926-2006), concorda com este autor quando anuncia que o conceito de cultura que defende é

Essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, **não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.** (Grifos nossos). (Geertz, 1998, p. 15).

Nesse sentido fica nítida o distanciamento que Geertz procura manter das chamadas ciências duras, como a semiótica ou linguística estrutural como propostas por Saussure e Pierce, autores muito caros para a Antropologia Estruturalista de Lévi-Strauss.

Além da definição do conceito basilar de Cultura, outra contribuição metodológica fundamental da Antropologia em sua constituição é a de Etnografia, esta se torna referência no trabalho de campo antropológico a partir do trabalho de Bronislaw Malinowski (1884-1942): *Argonautas do Pacífico Oriental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné-Melanésia*. O rigor da descrição é somado ao esforço interpretativo da Instituição do Kula entre os polinésios. A vida social é lida de forma funcional a partir da noção de que estabelecimento de leis e regras se dá além da dimensão da vida individual dos membros do grupo. Geertz nos chama atenção que a etnografia nos livros textos, tais como na tradição advinda de Malinowski e outros se trata de

Estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. **O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma `descrição densa`.** (Grifos nossos). (Geertz, 1998, p. 15).

Distanciando-se das noções totalizantes afeitas ao Estruturalismo, Geertz propõe que Antropologia seja direcionada pela busca do “significado que **instituições**, ações, imagens, elocuições, eventos, costumes – ou seja, todos os objetos que normalmente interessam aos cientistas sociais – têm para seus **‘proprietários’**”. Grifos nossos. (Geertz, 2001, p. 37). A partir desse ponto, fica mais claro que neste artigo, o diálogo entre a Antropologia Cultural e Arquivologia possa se dar a partir da intercambialidade entre “instituições” de forma genérica, por “instituições arquivísticas”, ou, o próprio campo do saber arquivístico. Como também, a noção de “proprietários”, nesse caso, para o de “arquivistas”. Essa condição de compreensão do sentido da ação dos atores envolvidos na mesma direção da sociologia compreensiva de Max Weber (Sousa & Santos, 2017) incidindo na visão da Cultura como “teias de significados”, cujos fios são cosidos socialmente e sua geometria pode ser interpretada pelos membros de uma determinada sociedade a partir de uma gramática específica.

O conceito de Descrição Densa utilizado por Geertz apoia-se na ideia que o esforço interpretativo do antropólogo é análogo ao ato de “tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (Geertz, 1998, p. 20). Portanto, podemos sugerir que o discurso social sobre a Arquivologia, seus fazeres e saberes, sua institucionalidade, como também o debate, e mesmo as disputas sobre sua definição tomados como produto humanos investidos de sentidos podem ser lidas a partir desse esforço de tentativa de ler esse “manuscrito estranho” oriundo do espaço público do campo arquivístico, como nos lembra Geertz (1998, p. 22): “a cultura é pública porque o significado o é”. Pode ser acrescentado então: portanto, pode ser lida pelo etnógrafo.

3. Ciência da informação, arquivologia e antropologia: percursos aproximativos

No Brasil, os trabalhos na área da Ciência da Informação que dialogam em diferentes contextos com a Antropologia e, ou, com o método etnográfico em especial, já podem ser acessados há vários anos, pelo menos desde meados dos anos 1980 (Teixeira, 2007; Bufrem & Santos, 2009). De uma forma geral, apesar da presença destes estudos, ao realizar-se busca no Google Acadêmico

(<https://scholar.google.com.br>) através dos filtros temáticos: “Antropologia e Ciência da Informação”, “Antropologia e Informação” e “Antropologia e Arquivologia”, os resultados se mostram exíguos em relação às temáticas mais centrais na Ciência da Informação e da Arquivologia. Lembrando que não é interesse desse artigo fazer levantamentos numéricos precisos, mas antes, apontar a viabilidade do incremento da pesquisa a partir da Antropologia Compreensiva, bem como, do emprego da Etnografia entendida como Descrição Densa, da forma descrita por Geertz. Além dos estudos de Usos e Usuários, Produtores de Informação e de Arquivos e Memória, pretende-se sugerir aqui a possibilidade da extensão da perspectiva da Antropologia de matriz compreensiva junto a área de interpretação da formulação das identidades no âmbito da construção do campo arquivístico.

O debate sobre a autonomia da Arquivologia em relação à Ciência da Informação é um dos temas candentes no âmbito epistemológico no que tange à discussão sobre os princípios e destinações do seu estatuto de cientificidade, marcados, em maior grau por um lado do debate por uma submissão, e por outro por um diálogo, dependendo dos matizes de interpretação tomados e dos atores que definem o sentido predominante sobre cada assertiva. (Marques, 2017b; Schmidt, 2017b; Jardim, 2017). Essas formas discursivas, seja de um aspecto ou de outro, no entendimento compreensivo, poderiam ser tomadas como Sistemas Culturais como apresentado por Geertz, portanto, passíveis de serem lidas no âmbito da Cultura e do seu sentido interno, isto é, pleno de sentido para seus agentes.

Geertz (1998, p.20) afirma que a Cultura é um “documento de atuação, é, portanto, pública”, essa característica, para o autor, aponta para sua característica simbólica, nascida da articulação de sentido existente entre os membros em relação. Esse fato aparentemente óbvio precisa ser destacado para que não se naturalize a cultura como uma realidade além e superior ao processo de interação entre os indivíduos, grupos e sua historicidade, assim, é preciso evitar reificá-la, como a se materializar como uma vontade própria. Cultura é o contexto, no qual os fatos, símbolos, acontecimentos etc. podem ser descritos com densidade.

O etnógrafo precisa para realizar uma Descrição Densa se localizar entre os membros de um grupo, atitude ainda mais importante do que falar a língua nativa (Geertz, 1989). No caso em tela nesta proposta de aproximação de pesquisa, localizar-se, aproximar-se, se daria na máxima antropológica de estranhar o super conhecido, o familiar e daí como afirma Geertz, “inscrever o discurso social”, anotá-lo como relato, índice de sentidos sociais cristalizados sob forma de posicionamentos epistemológicos, construção de fronteiras científicas e definição de chaves de interpretação legítimas para a interpretação dos Campos.

Fazer etnografia dos Campos e da construção das balizas de sentido dentro da Arquivologia, e entre esta e a Ciência da Informação sob forma de Descrição Densa como entendida por Geertz poderia não ser assim tão distante do que etnografar a vida social, na qual tenta-se fazer o registro da narrativa de segundo ou terceiro grau do que está acontecendo. Como destaca Geertz: “a vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram” (1989, p. 41).

Da mesma forma que o etnógrafo procura anotar o fluxo de informações que forma o Sistema Cultural, a aproximação da vivência prática do sistema simbólico, o esforço contemporâneo dedicado ao estudo das demarcações científicas em Arquivologia e Ciência da Informação se dedica a buscar o equivalente antropológico da Identidade dessas ciências e seus posicionamentos, como um tentativa de cartografar posições, construir mapas de sentido nos quais os atores coletivos, os campos e seus representantes, operam. Geertz afirma, evocando Max Weber entre outros:

“As ideias – religiosa, moral, prática, estética (...) devem ser apresentadas por grupos sociais poderosos: alguém deve reverenciá-las, celebrá-las, impô-las. Elas têm que ser institucionalizadas para poderem ter não apenas uma existência intelectual na sociedade, mas também, por assim dizer, uma existência material”. (Geertz, 1989, p. 209).

Como sistemas culturais institucionalizados, as definições dos campos estão sujeitas às mudanças contextuais de âmbito, histórico, político, econômico e ideológico nas quais estão enraizadas. Tanto as formas positivistas de entender e agir frente ao real, de entende-lo, quanto, pós-custodiais/ pós-modernas respondem às mudanças contextuais profundas na forma de inserção dos indivíduos e instituições na realidade, suas práticas sociais e formas de produzir, armazenar e difundir informação. Sob esse aspecto as leituras nas Ciências Sociais da mudança e estruturação social e da identidade e em especial, como as propostas por David Harvey (1992): pós modernidade e acumulação flexível; Stuart Hall (Hall, 1997): comunidade imaginada e hibridismo; Manuel Castells (Castells, 2008): poder da identidade; e Anthony Giddens (2002): desencaixe e reflexividade, oferecem mapas sugestivos para a localização no tempo e no espaço da formação discursiva sobre o caráter e identidade da Ciência Arquivística.

4. Conclusão

O debate atual sobre as relações entre Arquivologia e Ciência da Informação apontam necessariamente para o questionamento das demarcações epistemológicas e

formas de relacionamento entre os campos, em grande medida configurada pela forma: “submissão ou interlocução” (Marques, 2017b). Mesmo dentro da própria Ciência Arquivística a discussão sobre seu estatuto também não se mostra menos intenso. O interessante sob o ponto de vista antropológico desses cenários é que, com o avanço das experiências e da teorização sobre o campo informacional em cenários diversos dos europeus e anglo-saxões, discursos e visões em sintonia com os problemas epistemológicos oriundos do processo de descolonização dos países ao Sul do sistema global também veem à tona (Santos & Menezes, 2009), tornando o cenário cultural ainda mais rico e complexo.

Se tomada a análise da construção do debate epistemológico sob o signo da antropologia compreensiva seria possível retomar o questionamento de Geertz (1989) sobre o motivo pelo qual a briga de galos balinesa se tornaria um “jogo envolvente”? Para o autor, ela o seria, pelo que ele representa para os participantes no âmbito do jogo social, dos posicionamentos e suas representações. O que estaria por trás das defesas, resistências, afirmações sobre o caráter das definições entre os discursos sobre os campos da Ciência da Informação e da Arquivologia? Seria possível elaborar essa cartografia dos enunciados da identidade frente aos sentidos dos atores coletivos envolvidos? São interrogações que provavelmente estarão presentes nas futuras etnografias do sistema cultural que relaciona Arquivologia e Ciência da Informação.

5. Referências bibliográficas

BUFREM, L.S.; SANTOS, S. F. (2009). Ciência da informação e o uso metodológico da etnografia. *ETD: educação temática digital*. V.11, n.1,148-174. Recuperado em 23 dezembro, 2018, de <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/921/936>

CASTELLS, M. (2008). *O poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

GEERTZ. C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GEERTZ. C. (2001). *O saber local*. Petrópolis: Vozes.

GIDDENS, A. (2002). *Identidade e modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

HALL, S. (1997). *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HARVEY, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

JARDIM, J.M. (2017). A pesquisa em arquivologia: métodos, especificidades e diálogos. In SANTOS, E. C. (Ed.). *Pesquisa em arquivologia: fronteiras e perspectivas epistemológicas*. (pp. 221-238). Campina Grande: EDUEPB.

LARAIA, R. (2006). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MARQUES, A. da C. (2017a). Delineamento do objeto e da metodologia de uma pesquisa em arquivologia: escolhas de um percurso acadêmico-científico. In SANTOS, E. C. (Ed.). *Pesquisa em arquivologia: fronteiras e perspectivas epistemológicas*. (pp. 199-219). Campina Grande: EDUEPB.

MARQUES, A. da C. (2017b). Arquivologia e ciência da informação: Submissão ou interlocução? In *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*. 11:4 (14-22). Marília: UNESP. Recuperado em 23 dezembro, 2018.
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7499>

SANTOS, B.S.; MENEZES, M.P. (Eds) (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina.

SCHIMIDT, C.M.S. (2017a). Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da arquivologia. In SANTOS, E. C. (Ed). *Pesquisa em arquivologia: fronteiras e perspectivas epistemológicas*. (pp. 169-198). Campina Grande: EDUEPB.

SCHIMIDT, C.M.S. (2017b). Apontamentos acerca do estatuto científico da arquivologia. In SANTOS, E. C. (Ed). *Pesquisa em arquivologia: fronteiras e perspectivas epistemológicas*. (pp. 239-264). Campina Grande: EDUEPB.

SOUSA, V.B.; SANTOS, E.C. (2017). Arquivologia e o diálogo necessário entre diferentes recortes sociológicos para definição de sua atuação: o estrutural funcionalismo e os métodos hermenêuticos compreensivos. In SANTOS, E. C. (Ed). *Pesquisa em arquivologia: fronteiras e perspectivas epistemológicas*. (pp. 157-165). Campina Grande: EDUEPB.

TEIXEIRA, N. (2007). Mais um anjo barroco? Uma revisão bibliográfica em antropologia da informação a partir de levantamento de textos através da ferramenta de busca Google. In *Perspectivas em ciência da informação*, v.12, n.3. (156-179). Recuperado em 23 dezembro 2018,
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/154>